



GT 30. Drogas, saberes e direitos

Coordenador(es):

Beatriz Caiuby Labate (CIIS)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

Sessão 2

Debatedor/a: Martinho Braga Batista e Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Estratégias de legitimação do "problema mundial das drogas"

Autoria: Dayana Rosa Duarte Morais (Abrasco), Martinho Braga Batista e Silva

O início do século XX foi marcado pelo começo do debate sobre drogas. A partir de sua publicização enquanto questão que deveria extrapolar a vida privada, as drogas passaram a ocupar o drama público (GUSFIELD, 1984; BOURDIEU, 2014) mobilizando países em torno de um “problema mundial das drogas”. Expressão da continuidade desse processo é o fato da Organização das Nações Unidas (ONU) ser a responsável por categorizar substâncias enquanto sua legalidade, o que faz desse organismo multilateral um centro ideal do campo das drogas. Então, sob o argumento de proteção à saúde e bem-estar, a ONU sugere a proibição de determinadas substâncias: trata-se do chamado consenso de Viena, materializado na Convenção Única de Entorpecentes de 1961. Neste criado Sistema Internacional de Controle de Drogas (SICD), a Redução de Danos representa a racionalidade do campo da saúde responsável por, em 2009, quebrar este consenso (BEWLEY-TAYLOR; JELSMAN, 2013), contrapondo o proibicionismo. Dessa forma, nosso objetivo na presente pesquisa é compreender quais são as estratégias de legitimação no Sistema Internacional de Controle de Drogas (SICD). Para tanto, foi realizada uma etnografia de eventos e de documentos, que contaram com entrevistas semi-estruturadas com pessoas envolvidas no “problema mundial das drogas”, com a realização de observação participante da 62ª Sessão de Drogas Narcóticas da ONU (2019) e da adoção enquanto artefato da resolução brasileira apresentada e aprovada no evento. Tratava-se de uma ocasião em que foi



avaliada a última década de política de drogas no mundo, e planejavam-se os próximos 10 anos. É também um momento em que a comunidade internacional debate os esforços para a inclusão das políticas sobre drogas no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, quando o consenso que até então existia em torno do problema mundial das drogas? mostra sinais concretos de ruptura com a até então hegemonia mundial do proibicionismo.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: